

# Em reunião com Quércia, Aparecido rejeita parlamentarismo e plebiscito



Da Reportagem Local

O governador do Distrito Federal, José Aparecido (PMDB), 59, apresentou, ontem à tarde, no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo, onde se encontrou com o governador paulista Orestes Quércia, as razões que o levam a defender o presidencialismo e a não aceitar a proposta da realização de um plebiscito para referendar a forma de governo aprovada pelo Congresso constituinte. Segundo José Aparecido, sua opção pelo presidencialismo ocorre "até mesmo por definição". "Sou o único governador do país que representa uma escolha do presidente da República", afirmou.

Lembrando que o parlamentarismo já foi testado no país, numa referência ao curto período parlamentarista de 1961-62, José Aparecido disse "a idéia de parlamentarismo que surge hoje é de ocasião", e em nada vai alterar a tendência majoritária pelo presidencialismo. "A reunião de Florianópolis (SC) vai representar uma importante manifestação em favor do presidencialismo", afirmou Aparecido. Sua certeza de que o parlamentarismo não vai ser aprovado é

tanta, que ele sequer admite pensar em hipóteses alternativas. "Vivo muito bem sem elas", disse ele. Sobre o plebiscito, José Aparecido afirmou que "sua adoção atrasaria a construção democrática do país" e "cassaria os poderes de decisão dos constituintes".

A reunião de Florianópolis —para a qual o governador do Distrito Federal disse estar indo "nas asas do governador Orestes Quércia"— deverá discutir, prioritariamente, segundo ele, a reforma tributária. "Os Estados e municípios são, hoje pensionistas da União", afirmou, acrescentando que "a reconstrução da Federação e da República dependem fundamentalmente deste capítulo da reforma tributária".

Referindo-se ao apoio que deu às declarações do ministro do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves, sobre a eventualidade de "minorias radicais" comprometerem os rumos do Congresso constituinte, José Aparecido afirmou que "a nação fardada está absolutamente sintonizada com a nação civil". Ele disse ainda que sua opção por presidentes da República mineiros é uma constante em sua vida.

## O Planalto não acredita em "política de governadores"

Do enviado especial a Brasília

O Palácio do Planalto considera "positivo" o esforço dos governadores, ao promoverem encontros como o de hoje em Florianópolis (SC), por permitir maior nitidez nas reivindicações de cada Estado representado.

Mas isso, segundo o porta-voz presidencial, Frota Neto, não caracteriza uma possibilidade de retorno à "política dos governadores", modelo que no primeiro período republicano debilitava o poder central, com a paralela hipertrofia dos governos estaduais.

A Folha apurou junto a um dos ministros próximos do presidente Sarney que o temor de uma tentativa de predomínio das posições dos governadores efetivamente existiu quando, entre março e abril, esboçou-se uma aliança entre Orestes Quércia (SP), Moreira Franco (RJ) e Newton Cardoso (MG). Este "eixo tripartite" não chegou, no entanto, a se solidificar, sobretudo pelo entrelaçamento dos projetos políticos de seus integrantes.

O fato de os governadores de São Paulo e de Minas terem ambições

presidenciais acompanha-se do refluxo do esforço unitário que eles e muitos outros demonstraram, em julho, na Convenção Nacional do PMDB, quando foram aliados do Planalto para evitar que se deliberasse sobre a duração do mandato do presidente Sarney.

### Triangulação

De acordo com o mesmo ministro, há "em geral" uma sintonia de objetivos econômicos e institucionais entre os governadores e o presidente, sem que ela se traduza num esforço triangular pelo qual os governadores pressionariam suas bancadas federais, para que estas demonstrassem um apoio maior ao presidente da República. Isto porque as bancadas estão fragmentadas em grupos cujos interesses estão precocemente em conflito, em razão da sucessão nos próprios Estados em 1990.

Se esta triangulação fosse possível, conclui o ministro, o Planalto não precisaria se esforçar, como o vem fazendo, para que os constituintes se contentem com a manutenção do presidencialismo, acompanhado do reforço dos poderes do Legislativo. (JBN)

## Pedro Ivo deve submeter uma "carta" à reunião em SC

Da Sucursal de Florianópolis

A proposta de realização de um plebiscito para referendar a nova Constituição é um dos principais temas do encontro que se realiza hoje, em Florianópolis (SC), entre governadores do PMDB de dez estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A reunião, a portas fechadas, começa às 10h no hotel Castellar, no centro. O governador de Santa Catarina, Pedro Ivo Campos, abrirá a reunião com um texto —mantido em sigilo— que preparou ontem, no Palácio Presidencial da Agrônômica, onde passou o dia acamado, devido a uma gripe.

A reunião discutirá também a questão tributária, o endividamento interno e externo e os problemas de "descentralização administrativa e desconcentração do poder". Segundo Pedro Ivo, as reivindicações comuns aos dez Estados serão levadas à reunião dos 22 governadores peemedebistas, na segunda quinzena deste mês, no Rio de Janeiro.

Favorável à realização do plebiscito, Pedro Ivo disse que "é irrelevante neste momento a questão da duração do mandato do presidente. Isso nem



O governador Pedro Ivo Campos (SC)

será assunto do encontro". Confirmaram presença na reunião os governadores Wellington Moreira Franco (RJ), Orestes Quércia (SP), Pedro Simon (RS), Newton Cardoso (MG), Álvaro Dias (PR), Max Mauro (ES), Marcelo Miranda (MS), José Aparecido (DF) e o vice de Goiás.

## Constituintes reagem com indiferença a plebiscito

Do enviado especial a Brasília

Único capacitado a convocar um referendo sobre o sistema de governo, o Congresso constituinte reagiu nos últimos três dias a essa proposta com indiferença. É o que reconhece o deputado Michel Temer (PMDB-SP), autor da única emenda nesse sentido até ontem depositada ao substitutivo do relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM).

Ele afirma que esse quadro apenas se reverterá se os dez governadores reunidos hoje em Florianópolis (SC), encamparem a idéia que três deles lançaram no início da semana —Moreira Franco (RJ), Orestes Quércia (SP), e Pedro Ivo (SC)—, passando em seguida a pressionar suas respectivas bancadas federais.

Enquanto isso, o assunto permanece alheio às preocupações imediatas dos congressistas, por mais que a solução plebiscitária permitisse, tanto para defensores do parlamentarismo quanto para os que desejam a preservação do presidencialismo, uma legitimidade suplementar ao que for deliberado em plenário.

### Ortodoxos

Entre os parlamentares mais ortodoxos, a questão não foi levantada durante o almoço que reuniu um reduzido grupo de articuladores, ontem, na casa do deputado Cid Carvalho (PMDB-MA). "Não tocamos no assunto", disse um dos presentes, o senador Fernando Henrique Cardoso. "Não tenho muito receio de um plebiscito, mas esse processo não me comove, porque já vi muita Constituição ilegítima ser autorizada em regimes autoritários", afirmou o deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), de centro-esquerda, um "parlamentarista de choque". A objeção vai mais longe quando se trata do senador José Fogaça (PMDB-RS), centro-esquerda, pertencente ao mesmo grupo: "Tudo bem, desde que o povo seja chamado ao mesmo tempo a opinar sobre a duração do mandato do presidente Sarney."

Trata-se de uma complementação da proposta que certamente desagradaria o Palácio do Planalto, onde a alternativa plebiscitária foi objeto, terça-feira, de uma contraproposta mais ampla que a defendida pelos três governadores e materializada na emenda de Michel Temer: se for para submeter um dos dispositivos da Constituição às urnas, que se submeta integralmente o texto constitucional. O porta-voz de Sarney, Frota Neto, disse ontem à Folha que, nessa ampliação do tema, não houve

### Emenda foi redigida por Michel Temer

Esta é a íntegra da emenda apresentada à Comissão de Sistematização, na última terça-feira, pelo deputado federal Michel Temer (PMDB-SP):

"Emenda Aditiva  
"Acrescente-se um artigo às Disposições Transitórias do Projeto de Constituição, com a seguinte redação:

"Art. - O sistema de governo instituído nesta Constituição, parlamentarista ou presidencialista, será submetido a consulta popular, mediante voto negativo ou afirmativo, no prazo de 90 dias contados de sua promulgação.

"Parágrafo 1º - A rejeição de um sistema acarreta a escolha do outro.

"Parágrafo 2º - Se for rejeitado o instituído nesta Constituição, a Comissão de Sistematização regulará o outro sistema de governo, em quinze dias, submetendo o projeto à discussão e deliberação final da Constituinte, em igual prazo."

nenhuma malícia para inviabilizá-lo em definitivo. Mas acrescentou com um pouco de sarcasmo: "A Constituinte tem que se questionar sobre a amplitude de sua legitimidade."

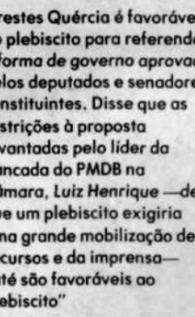
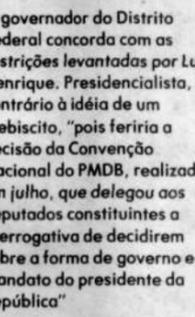
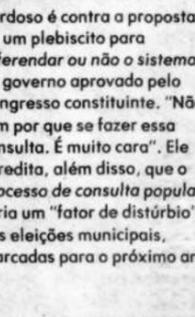
É esta, sem dúvida, a questão central. Adotando o plebiscito, as decisões constitucionais passariam por um segundo crivo das urnas que os parlamentares julgam desnecessário, já que foram eleitos há pouco menos de dez meses.

### "Boa idéia"

"Nem discutimos o problema a nível de bancada", diz o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP). "A idéia é boa, mas não chegamos a estudá-la", diz o líder do PT, Luis Inacio Lula da Silva, cuja bancada encaminhou emenda justamente regulamentando plebiscitos e referendos sobre as mais diversas questões. O líder do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas, um dos poucos que se pronunciaram favoravelmente à proposta dos governadores, disse ontem não estar ainda decidido a transformá-la em tema de encaminhamento mais agressivo.

Ou seja, está montado o cenário para que se confirme a previsão feita anteontem, numa roda fechada, pelo relator Bernardo Cabral: "A idéia de um plebiscito é simpática, mas difícil de viabilizar". (JBN)

### A POSIÇÃO DOS GOVERNADORES

 <p>Orestes Quercia é favorável ao plebiscito para referendar a forma de governo aprovada pelos deputados e senadores constituintes. Disse que as restrições à proposta levantadas pelo líder da bancada do PMDB na Câmara, Luiz Henrique —de que um plebiscito exigiria uma grande mobilização de recursos e da imprensa— "até são favoráveis ao plebiscito"</p>	 <p>O governador do Distrito Federal concorda com as restrições levantadas por Luiz Henrique. Presidencialista, é contrário à idéia de um plebiscito, "pois feriria a decisão da Convenção Nacional do PMDB, realizada em julho, que delegou aos deputados constituintes a prerrogativa de decidirem sobre a forma de governo e o mandato do presidente da República"</p>	 <p>Cardoso é contra a proposta de um plebiscito para referendar ou não o sistema de governo aprovado pelo Congresso constituinte. "Não tem por que se fazer essa consulta. É muito cara". Ele acredita, além disso, que o processo de consulta popular seria um "fator de distúrbio" das eleições municipais, marcadas para o próximo ano</p>
 <p>O governador do Rio Grande do Sul disse ter discutido com o deputado Luiz Henrique as questões do plebiscito e da forma de governo. Pedro Simon afirma que apóia a idéia da realização de um plebiscito sobre a totalidade da nova Constituição, e que "não existe orientação do Planalto aos governadores para que não se fale em plebiscito"</p>	 <p>Álvaro Dias afirmou que foi procurado pelo deputado Luiz Henrique, "que falou comigo em caráter pessoal e não como representante do presidente José Sarney". Disse também que considera normal este tipo de consulta, e não uma forma de pressão. Álvaro Dias é favorável à realização de "um plebiscito geral" sobre a nova Constituição.</p>	 <p>Moreira Franco é autor da tese de que o sistema de governo, no Brasil, é presidencialista, por decisão do voto popular dado no plebiscito de 1963, e que uma decisão implantando o parlamentarismo tem que ser submetida a uma consulta popular. Não faz "nenhuma objeção" à proposta do presidente Sarney de um plebiscito geral da Constituição</p>